

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 23/08/2013 - Edição 884

Pesquisa mostra 1.484 ataques a bancos em todo país no primeiro semestre de 2013

5ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos



CNTV e Contraf-CUT

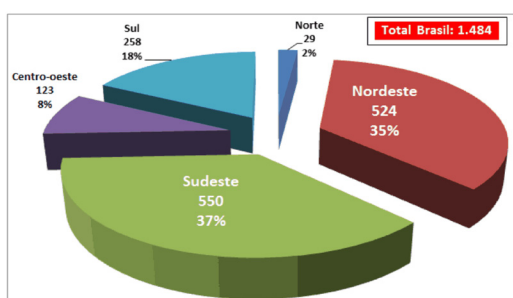
Os ataques a bancos alcançaram 1.484 ocorrências em todo país no primeiro semestre de 2013, uma média assustadora de 8,24 por dia, o que representa um crescimento de 17,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Desses casos, 431 foram assaltos (inclusive com sequestro de bancários e vigilantes), consumados ou não, e 1.053 arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos. No primeiro semestre de 2012, foram registrados 1.261 ataques, sendo 377 assaltos e 884 arrombamentos.

Os dados são da 5ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), com apoio técnico do Dieese, a partir de notícias da imprensa, estatísticas de Secretarias de Segurança Pública

(SSP) e informações de sindicatos e federações de vigilantes e bancários.

O levantamento foi coordenado pelo Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, com o apoio do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, da Federação dos Vigilantes do Paraná e da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (Fetec-CUT/PR). O número de casos certamente foi ainda maior devido à dificuldade de levantar informações em alguns estados e pelo fato de que muitas ocorrências não são divulgadas pela imprensa.

TOTAL DE ATAQUES A BANCOS NAS REGIÕES
BRASIL – 1º SEMESTRE DE 2013



Fonte: Notícias da Imprensa, SSP e sindicatos
Elaboração: CNTV e Contraf-CUT
Apoio: Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, Sindicato dos Bancários de Curitiba e região e Fetec-CUT/PR
Apoio Técnico: Dieese - Subseção Contraf-CUT

A pesquisa foi lançada nesta quinta-feira (22), durante entrevista coletiva, em São Paulo. Os números também superam os dados do segundo semestre de 2012, quando foram verificados 1.269 ataques, dos quais 390 assaltos e 879 arrombamentos.

São Paulo é o estado que mais

uma vez lidera o ranking, com 334 ataques. Em segundo lugar aparece de novo Minas Gerais, com 170, em terceiro o Paraná, com 118, em quarto a Bahia, com 117, e em quinto a Paraíba, com 95.

A região Sudeste segue com o maior número de ataques (550), seguida do Nordeste (524), Sul (258), Centro-Oeste (123) e Norte (29).

Bancários e vigilantes cobram providências do ministro da Justiça

A CNTV e a Contraf-CUT encaminharam cópia da pesquisa para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, solicitando uma audiência para discutir os ataques a bancos e as medidas para proteger a vida das pessoas. Também foi enviada a pesquisa nacional de mortes em assaltos envolvendo bancos, lançada pelas duas entidades sindicais em julho, apontando a ocorrência de 30 assassinatos em todo país no 1º semestre deste ano.

“Vamos cobrar providências do ministro para combater as mortes e os ataques a bancos, que ocorrem por descaso dos bancos, uma vez de que eles preferem fazer a gestão do lucro em detrimento da proteção da vida de trabalhadores e clientes”, afirma o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

“Vamos exigir também a responsabilização civil e criminal dos executivos dos bancos e das empresas de segurança que são responsáveis pela insegurança nas agências e postos de atendimento, pois essa situação de morte e assaltos não ser banalizada, mas precisa ser enfrentada com ações concretas que coloquem a vida das pessoas em primeiro lugar”, reforça o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

Bancos não priorizam a segurança de trabalhadores e clientes

“Essa pesquisa é fruto de mais uma parceria das entidades sindicais dos vigilantes e bancários, a fim de oferecer dados concretos sobre a violência nos bancos, que tanto assusta os trabalhadores e a população, e buscar soluções para proteger a vida das pessoas”, salienta Boaventura

“Esses dados são muito importantes para o debate com os bancos, as empresas de segurança e a sociedade, bem como para a construção com avanços do projeto de lei de estatuto de segurança privada, que se encontra em elaboração no Ministério da Justiça, para atualizar a lei federal nº 7.102/83”, destaca.

“Trata-se de mais um retrato muito preocupante da insegurança nos bancos, o que reforça a necessidade de medidas preventivas contra assaltos e sequestros, pois esses ataques deixaram um rastro de mortes, feridos e traumatizados”, aponta Carlos Cordeiro.

“Esperamos que esses dados mostrem aos bancos a importância de apresentar propostas de segurança na mesa de negociações da Campanha Nacional dos Bancários, pois até agora eles só rejeitaram as reivindicações da categoria”, completa o dirigente da Contraf-CUT.

“O aumento de ataques a bancos, principalmente arrombamentos, no primeiro semestre deste ano tem

a ver com a onda de explosões de caixas eletrônicos, muitos instalados em locais inseguros e desprovidos de equipamentos de segurança”, explica o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba, João Soares. “O Exército precisa melhorar a fiscalização e o controle de transporte, armazenagem e comércio de dinamite”, defende.

“Os bancos não podem continuar tratando os arrombamentos como problema de segurança pública, uma vez que acontecem por causa das instalações vulneráveis de seus estabelecimentos e provocam uma sensação de medo e insegurança em trabalhadores e clientes”, alerta o diretor da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

Escassez de investimentos dos bancos

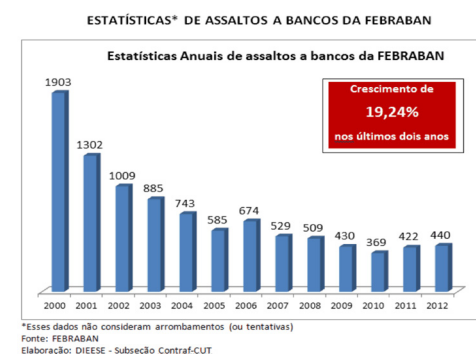
Conforme estudo feito pelo Dieese, com base nos balanços publicados do primeiro semestre de 2013, os seis maiores bancos lucraram R\$ 29,6 bilhões e aplicaram R\$ 1,6 bilhão em despesas com segurança e vigilância, o que representa uma média de 5,4% na comparação entre os lucros e os gastos com segurança.

“Essa dado revela tecnicamente o truque da segurança. Os bancos dizem que estão preocupados com a segurança e até com a proteção da vida das pessoas, mas gastam muito pouco diante de seus lucros gigantescos”, salienta o presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba, Otávio Dias.

“Está na hora de os bancos deixarem de olhar as despesas de segurança e vigilância como custos, mas sim como investimentos. A proteção da vida das pessoas não pode ficar no discurso, mas precisa ser concretizada com ações efetivas, pois é o patrimônio mais valioso que existe na face da terra”, ressalta Boaventura.

“Os estabelecimentos não podem continuar vulneráveis, expondo ao risco a vida de trabalhadores e clientes, pois os assaltantes não poupam ninguém e estão cada vez mais ousados, aparelhados e explosivos para atingir os seus objetivos”, enfatiza Cordeiro.

Número de assaltos é 2,6 vezes maior que estatística da Febraban



O número de assaltos da pesquisa é 2,6 vezes maior que a estatística nacional de assaltos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Enquanto a pesquisa da CNTV e Contraf-CUT aponta 431 ocorrências no primeiro semestre deste ano, a Febraban apurou 163 no mesmo período, uma diferença de 268 casos.

“A Febraban deveria refazer as contas, pois é uma enorme diferença. Pode ser que existam agências e postos que não providenciaram a emissão do Boletim de Ocorrência na polícia, apesar da obrigatoriedade prevista na cláusula 31ª da convenção coletiva dos bancários”, alerta o presidente da Fetec-CUT/PR, Elias Jordão. “Nós reivindicamos novamente nesta Campanha Nacional que uma cópia do BO seja enviada para a Cipa, o sindicato local e a Contraf-CUT”, defende, a fim de acompanhar o registro dos ataques.”

“Lamentamos que a Febraban não divulgue estatística dos arrombamentos. Esses crimes revelam que as instalações dos estabelecimentos são vulneráveis e geram medo e insegurança, sendo que

várias vezes acabam em tiroteios e até mortes de policiais e transeuntes”, destaca Boaventura.

30 mortes em assaltos envolvendo bancos no 1º semestre

Outro diagnóstico da violência nos bancos é a pesquisa nacional sobre mortes em assaltos envolvendo bancos, elaborada pela Contraf-CUT e CNTV a partir de notícias da imprensa, com apoio técnico do Dieese.

No primeiro semestre de 2013, o levantamento apurou a ocorrência de 30 assassinatos, média de cinco vítimas fatais por mês, um aumento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 27 mortes.

São Paulo (14), Rio (5), Bahia (3) e Rio Grande do Sul (3) foram os estados com o maior número de casos. A principal ocorrência (60%) foi novamente o crime de “saidinha de banco”, que provocou 18 mortes. Já os clientes foram outra vez a maioria das vítimas (21), seguido dos vigilantes (4). Um gerente do Banco do Brasil foi morto no Piauí.

“Entra ano, sai ano, e muitas pessoas continuam morrendo em assaltos envolvendo bancos, o que é inaceitável no setor mais lucrativo do país. Isso comprova o enorme descaso e a escassez de investimentos dos bancos na proteção da vida de trabalhadores e clientes. O que move os bancos não é a gestão da vida das pessoas, mas a gestão do lucro”, frisa Carlos Cordeiro.

“Essas mortes revelam o descaso dos bancos e também a fragilidade da segurança pública diante da falta de mais policiais e viaturas nas ruas e de ações de inteligência para evitar ações criminosas”, acrescenta Boaventura. “Os bancos cuidam mais da imagem, do marketing e da estética das unidades, enquanto tratam com descaso a segurança dos estabelecimentos”, critica.

Multas da Polícia Federal provam que bancos descumprem legislação

O descaso dos bancos é evidente diante das multas aplicadas pela Polícia Federal nas reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) da Polícia Federal (PF).

No primeiro semestre deste ano, os bancos foram multados em mais de R\$ 8,8 milhões por descumprimento da lei federal 7.102/83 e de normas de segurança. As principais infrações dos bancos foram a ausência de plano de segurança aprovado pela PF, número insuficiente de vigilantes, alarme inoperante e utilização de bancários para transporte de valores, dentre outros itens.

Propostas dos vigilantes e bancários para garantir segurança

- Porta giratória com detector de metais antes da sala de autoatendimento com recuo em relação à calçada onde deve ser colocado um guarda-volumes com espaços chaveados e individualizados;
- Vidros blindados nas fachadas;
- Câmeras de vídeo em todos os espaços de circulação de clientes, bem como nas calçadas e áreas de estacionamento, com monitoramento em tempo real e com imagens de boa qualidade para auxiliar na identificação de suspeitos;
- Biombos ou tapumes entre a fila de espera e a bateria de caixas, com o reposicionamento do vigilante para observar também esse espaço junto com a colocação de uma câmera de vídeo, o que elimina o risco do chamado ponto cego;
- Divisórias individualizadas entre os caixas, inclusive os eletrônicos;
- Ampliação do número de vigilantes visando garantir o cumprimento integral da lei 7.102/83 e durante todo horário de funcionamento das agências e postos de atendimento;
- Fim da guarda das chaves de cofres e das unidades por bancários e vigilantes, ficando as chaves na sede das empresas de segurança;
- Proibição do transporte de valores por bancários; operações de embarque e desembarque de carros fortes somente em locais exclusivos e seguros; e fim do manuseio e contagem de numerário por vigilantes no abastecimento de caixas eletrônicos;
- Atendimento médico e psicológico para trabalhadores e clientes vítimas de assaltos, sequestros e extorsões;
- Escudos e assentos no interior das agências e postos de atendimento para os vigilantes;
- Instalação de caixas eletrônicos somente em locais seguros;
- Maior controle e fiscalização do Exército no transporte, armazenagem e comércio de explosivos;
- isenção das tarifas de transferência de recursos (DOC, TED) para reduzir a circulação de dinheiro e combater o crime da “saidinha de banco”.

COMISSÃO PARA DISCUTIR CONTRATOS E EMPREGO DE VIGILANTES DA SEDUC É CONSTITUÍDA EM AUDIÊNCIA NO MPT-RO

Estado de Rondônia é notificado formalmente para que reconheça sua responsabilidade nos contratos de trabalho mantidos com empresas de vigilância



Por três horas, sindicalistas, empresários e representantes do Governo do Estado prestaram esclarecimento ao MPT

Em audiência conciliatória presidida pelo Procurador do Trabalho Fabrício Oliveira, no exercício da chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, realizada na tarde desta sexta-feira (16), na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Porto Velho, o Estado de Rondônia foi notificado, formalmente, para que reconheça sua responsabilidade quanto aos contratos de trabalho mantidos com as empresas prestadoras de serviço de vigilância nos estabelecimentos vinculados à Seduc – Secretaria de Estado da Educação, especialmente nas escolas. Assim, busca-se permitir o pagamento das verbas rescisórias e demais obrigações trabalhistas relativas a cerca de 2.000 trabalhadores (vigilantes) prejudicados com a não renovação dos contratos de vigilância e segurança patrimonial por parte do executivo estadual.

Na notificação entregue ao secretário-chefe da Casa Civil do Governo de Rondônia, Marcos Antônio de Faria, à secretária-adjunta da Seduc, Marionete Sana Assunção e aos procuradores Leonardo Ribeiro e Francisco Neto, da Procuradoria Geral do Estado, consta, ainda, que o Estado de Rondônia deve manter um meio ambiente de trabalho seguro para seus servidores (professores) e terceiros (alunos) nos estabelecimentos de ensino (escolas), sob pena de responsabilização, direta ou solidária com eventuais

empresas terceirizadas, dependendo do caso.

Após ouvir os representantes do Governo do Estado, advogados, as empresas que não terão os contratados de vigilância renovados, e sindicalistas, o Procurador do Trabalho Fabrício Oliveira propôs aos presentes que encontrassem alternativas para evitar o desemprego em massa dos trabalhadores na vigilância dos estabelecimentos de ensino da Secretaria de Educação estadual.

Por três horas seguidas, empresários, advogados, sindicalistas e a equipe do Governo tentaram um entendimento, concordando, ao final, em constituir uma comissão para se reunir na próxima terça-feira, dia 20 de agosto, às 9 horas, na sede da Procuradoria Geral do Estado, com o objetivo de tratar sobre a possibilidade da manutenção dos empregos dos vigilantes; o aproveitamento da mão de obra dos trabalhadores ameaçados de demissão; o valor dos contratos administrativos; o reequilíbrio contratual e a questão das verbas rescisórias dos trabalhadores.

A comissão constituída na audiência vai ser formada por representantes dos Sindicatos Patronal e dos Vigilantes, por um representante das empresas, e representantes da Procuradoria Geral e do Governo do Estado.

Por fim, o Procurador Fabrício Oliveira, concedeu prazo de cinco dias para que as empresas apresentem planilhas com postos de trabalho licitados, implantados, reduzidos e extintos, bem como os eventuais, e com o custo de cada posto de trabalho de vigilância. Além disso, deferiu prazo de 10 dias a Secretaria de Estado da Educação para apresentar documentos que comprovem a motivação da não renovação dos contratos.

À Procuradoria Geral do Estado foi deferido prazo de 10 dias para que apresente cópia da Ata da reunião da comissão que ocorrerá na terça-feira, dia 20 de agosto, conforme definido na audiência conciliatória realizada na sede do MPT-RO.

Fonte: MPT/RO

Bancário e vigilante mortos foram vítimas do descaso com segurança

O assalto ao PAB da usina nuclear de Angra dos Reis (RJ), na tarde de quarta-feira, dia 21, que terminou com as mortes da vigilante Verônica Soares, de 24 anos, e do bancário Igor Henrique Batista Alves da Silva, de 22, expõe uma variada gama de irregularidades no funcionamento da unidade. O posto, vinculado à agência de Praia Brava, tinha apenas quatro meses de funcionamento e operava somente com um bancário e um vigilante.

As irregularidades são muitas. “O erro começa já no layout do posto, que tinha porta voltada para fora da usina. Além de atender aos funcionários da empresa - como determina a norma de funcionamento dos PABs - o posto atendia também a clientes comuns”, destaca Paulo Garcez, diretor da Federação dos Bancários do Rio e Espírito Santo.

Outra irregularidade dizia respeito ao acesso do bancário morto às informações. “O Igor era caixa, não era gerente, nem coordenador. Ele não podia ter senha do cofre. Mas, como ele era o único bancário que trabalhava no local, tinha acesso ao código”, acrescenta o dirigente sindical.

A circulação de pessoas no local também já havia mudado neste curto período de funcionamento. Inicialmente, o PAB serviria somente aos funcionários da própria usina.

“Os trabalhadores de construção civil que atuam na obra da usina de Angra 3 seriam pagos na agência de Praia Brava. Mas houve uma mudança e eles passaram a receber pelo PAB também. No dia do pagamento, o movimento era enorme, lembra Jorge Raimundo, diretor do Sindicato dos Bancários de Angra dos Reis, que acompanha o desdobramento dos fatos.

Segundo a assessoria de imprensa da Eletronuclear, como o PAB fica dentro do terreno da usina, mas a porta é voltada para fora, a empresa não responsabiliza pela segurança, que seria encargo da polícia militar. Em curtíssima nota, a direção da Eletronuclear lamenta o ocorrido, mas ressalta que o estabelecimento bancário fica fora de seu perímetro de segurança nuclear.



Novo, mas já violado

Mesmo novo, o PAB já havia sofrido outra ação de ladrões, há cerca de 20 dias, quando malotes contendo R\$ 150 mil foram levados. A ação aconteceu durante o procedimento de abastecimento do caixa eletrônico que fica dentro da usina, fora do PAB.

Como a Eletronuclear não permitia o ingresso do carro forte em suas dependências, um bancário tinha que pegar os malotes no PAB, colocá-los em seu carro e entrar nas dependências da empresa para levar o dinheiro até o caixa eletrônico. Neste trajeto, foi rendido pelos assaltantes.

Na ocasião, o vigilante que atuava no PAB se queixou da segurança precária para Jorge Raimundo. “O rapaz me disse que a visibilidade era muito ruim, por causa dos vidros e das persianas. De dentro do PAB ele não conseguia ver o que se passava fora, e isso o deixava inseguro. Ele me disse que, se alguém tentasse assaltar o posto, seria pego de surpresa”, relata o sindicalista.

O Sindicato fez a sua parte, mas o banco, não. “Quando ocorreu o assalto anterior comunicamos ao Santander as péssimas condições de segurança. A porta não é giratória nem tem detector de metais. A unidade é vulnerável, fica do lado de fora de Angra 3. Então é uma área de livre acesso. Os assaltantes entraram sem dificuldades e mataram os dois”, lamentou o presidente do Sindicato, Rogério Salvador.

Difícil investigar

A falta de segurança no local não só facilita a ação dos bandidos, mas também dificulta as investigações. “É fácil entrar numa agência que só tem uma vigilante e sem porta giratória com detector de metais. Mas, como não há câmeras, é muito difícil identificar os assaltantes. A polícia esteve no PAB até tarde no dia do crime, fazendo perícia e colhendo impressões digitais. Agora temos que esperar o resultado das investigações”, informa Jorge Raimundo.

Quanto ao plano de segurança do PAB, sem o qual a nenhum estabelecimento bancário pode funcionar, ninguém sabe dizer ao certo. O Santander afirma que existe, mas o sindicato nunca o viu. Só o que a entidade ouviu foram promessas.

“Quando houve o roubo do malote, a segurança do banco esteve aqui e disse que instalaria mais dispositivos de segurança. Mas isso não aconteceu ainda e, infelizmente, a consequência foi a morte de dois trabalhadores”, lastima Jorge Raimundo.

Luto e luta

Em sinal de respeito pela morte de Verônica e Igor, agências do Santander do centro de Angra, de Praia Brava e de Mambucaba não abriram na quinta-feira, dia 22.

“O PAB também ficou fechado, não há nenhuma condição da unidade funcionar”, informa Rogério Salvador. Acompanhando o luto da Costa Verde, os Sindicatos da Baixada Fluminense e Petrópolis também concentraram as ações do Dia Nacional de Luta dos bancários a unidades do Santander.

O sepultamento de Verônica deve ocorrer no cemitério da Vila Histórica de Mambucaba, onde a vigilante morava. O corpo de Igor será trasladado para Volta Redonda, cidade onde reside sua família, e deverá ser sepultado nesta sexta-feira, dia 23.

O Santander emitiu uma nota de três linhas lamentando o ocorrido e informando que está prestando assistência às famílias das vítimas e colaborando com as investigações.

Fonte: Contraf-CUT com Petraf RJ-ES

Calote de terceirizada do BB atinge trabalhadores em Dourados



"Estamos trabalhando de graça, sem receber há dois meses, sem respostas, e sem poder arrumar outro emprego porque isso caracterizaria abandono e perda de direitos perante a Justiça". Esse é o impasse vivido por dezenas de funcionários no Banco do Brasil em Dourados que procuraram o Dourados News para denunciar o caso, mas preferem não se identificar, por medo de represálias administrativas.

Segundo o grupo, a empresa Delta Locação de Serviços e Empreendimentos (com sede na Bahia), terceirizada do BB e que presta serviços de atendimento (telefonistas), simplesmente 'sumiu' e deixou todos a ver navios.

A empresa não teria cumprido cláusulas contratuais, o que acabou rompendo o contrato de prestação de serviços. Na prática, a Delta recebia o dinheiro para o pagamento de funcionários na instituição financeira, mas não fazia o repasse.

"Não fomos avisadas em momento nenhum que a empresa estava saindo, e o que foi repassado é que o banco teria que ter assumido o pagamento dos funcionários, o que também não aconteceu. Ocorre que estamos sem receber, e sem respostas, e essa é uma situação que não pode seguir assim. Dois meses de contas em atraso, correndo juros, é terrível", disse uma telefonista de uma das agências (Dourados possui quatro agências: duas no Centro, uma no Parque dos Ipês e a Shopping).

Nesta quinta-feira (22) representantes do grupo de

telefonistas das agências da cidade se reúnem com um representante do Sinttel/MS (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do Estado de Mato Grosso do Sul), para discutir que providências podem ser tomadas para garantir o recebimento dos trabalhadores.

Problema com empresa é nacional

Conforme notícia divulgada no dia 14 deste mês no portal do Senado Federal, o problema com a Delta é em todo o país.

Além desta empresa, a Adminas (com sede em Belo Horizonte), que também é terceirizada e presta serviços para entidades ligadas ao governo federal, é acusada de dar um 'calote' em funcionários apesar de terem recebido os recursos para pagamento de salários.

As empresas são, conforme a nota publicada, responsáveis pelo pagamento de funcionários nos Ministérios da Justiça, da Fazenda e da Integração, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Ainda segundo a nota publicada, a assessoria do Senado Federal tentou contato com a Delta, mas não obteve sucesso. Já o assessor jurídico da empresa Adminas, Maurílio Ramos, explicou que a companhia está se valendo de uma instrução normativa do governo federal para que os órgãos que contrataram os serviços retenham as faturas que repassariam à prestadora para honrar os salários dos empregados lesados. Ele empurrou o problema para o governo, alegando que a companhia foi vítima de calote primeiro.

"Não houve encerramento das atividades da Adminas. Ainda estamos negociando com os órgãos para os quais prestamos serviços", disse Ramos. Segundo ele, a empresa tem quatro mil funcionários.

"A inadimplência dos órgãos para os quais a firma presta serviço é o que pode levá-la a encerrar as atividades. Eles não pagaram a Adminas. Agora, devem fazer o acerto direto com os trabalhadores. Todos os órgãos já foram avisados", disse o assessor, conforme a nota.

Fonte: Dourados News

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV - José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11

Cep: 73.300-000 Brasília - DF